

Bloco

Para fazer
o que nunca
foi feito

INFOMAIL



Mariana
Mortágua

Inês
Antunes

Por Castelo Branco

LEGISLATIVAS 2024

Depois de 10 de março, Portugal será diferente. A escolha é entre um regresso ao passado, com mais desigualdade e autoritarismo - ou mudar para melhor. O **Bloco** é a força para abrir esse caminho, um caminho de mudança, assente num acordo à esquerda por mais salário, habitação, educação e saúde.

O PS não tem soluções para as crises que criou. Deixou a saúde e a educação degradarem-se e fez explodir a crise na habitação. O salário médio estagnou e a política do PS deixou um país de salários mínimos. Enquanto a renda, a prestação e a inflação apertavam a vida do povo, a banca, a EDP e a Galp tiveram lucros recorde.

A direita esteve junta no governo de Passos Coelho e Paulo Portas. Agora quer juntar-se de novo. Querem enfraquecer os serviços públicos para dar milhões a ganhar aos privados. Querem menos impostos para os mais ricos, menos proteção social para os de baixo. Protegem a minoria: os donos disto tudo, os milionários, as grandes empresas. A direita é sempre a forma errada de nos livrarmos da má política. Não merecem o benefício da dúvida.

O voto no Bloco coloca a direita no seu lugar: a oposição, longe do poder. Mas as coisas não podem continuar na mesma. O Bloco denunciou a promiscuidade e a corrupção e já disse ao que vem nestas eleições. Queremos ter força para impor uma maioria na Assembleia da República que traga mudança à vida das pessoas. Uma maioria que garanta que os salários médios aumentam, que baixe as rendas e as prestações, que garanta médicos nos hospitais e professores nas escolas.

Votar Bloco é dar força à mudança e é um voto que conta para uma maioria à esquerda. Queremos um acordo amplo para essa maioria para melhorar a vida.

PROGRAMA PARA VIRAR A PÁGINA



Acabar com a impunidade e a corrupção

Criminalização do enriquecimento injustificado, taxar a 100% a riqueza abusiva sem origem clara; durante seis anos, ex-governantes não podem ser contratados por empresas do setor que tutelaram.



Proteger o planeta com justiça social

Combater as alterações climáticas com mais transportes e empregos, sem penalizar quem trabalha.

Passes municipais a 15 euros e intermunicipais a 20 euros em todo o país; passe ferroviário nacional a 40 euros.

Energia renovável: aposta no solar descentralizado e fim das megacentrais.

Revogar as leis PIN e o simplex ambiental; novas regras para exploração de recursos naturais, agricultura intensiva e turismo agressivo.

Cortar as emissões dos mais ricos: taxar os lucros das petrolíferas; travar os jatos privados; eletrificação dos cruzeiros.



Justiça contra os privilégios

Imposto sobre as grandes fortunas e sobre lucros excessivos.

IVA da eletricidade e gás a 6%; leques salariais nos setores público e privado: nenhum gestor pode ganhar num mês mais do que um trabalhador da mesma empresa ganha num ano.



Saúde e Educação: o futuro é Público

Sem investir no SNS e na Escola Pública teremos serviços públicos degradados para os pobres e a classe média a pagar caro no privado.

Mais profissionais para o SNS funcionar: exclusividade a sério com majoração de 40% do salário; aumento em três posições remuneratórias (mínimo 150 euros); progressões automáticas.

Saúde oral, psicologia e nutricionistas no SNS; medicamentos 100% comparticipados para quem tem rendimento inferior ao salário mínimo.

Recuperação total do tempo de serviço dos professores; programa de vinculação extraordinária de docentes precários; regime de compensação a docentes deslocados.

Rede de creches públicas com 125 mil novas vagas.





Casas para morar, não para especular

Garantir o direito à habitação é limitar o poder dos especuladores, do turismo e da banca.

Baixar as rendas: tetos para as rendas, segundo a zona e a tipologia; estabilidade no arrendamento; limites ao aumento das rendas.

Mais casas para viver: proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes; limitar o Alojamento Local; 25% da nova construção tem de ser para habitação acessível; fim dos benefícios fiscais à especulação e a residentes não habituais.

Baixar os juros da habitação: reduzir os juros na Caixa Geral de Depósitos, arrastando todo o sistema bancário.



Horários, salários e pensões para poder viver

Mudar as regras do trabalho, por mais salário ao fim do mês e tempo para viver.

Salário mínimo 900 euros em 2024 com atualização anual de 50 euros + valor da inflação.

35 horas semanais de trabalho, semana de 4 dias e 25 dias de férias/ano no público e no privado. Mais tempo para os filhos: licença paga 5 dias/ano.

Mais 500 euros no salário de entrada na Função Pública para servir de referência ao privado e puxar salário médio para cima.

Trabalho por turnos: mais tempo e fins de semana para descansar, reforma antecipada e subsídio de turno obrigatório.

Justiça nas pensões: reforma sem penalizações aos 40 anos de descontos, pensões de quem tem mais de 20 anos de desconto acima do limiar da pobreza e recuperar pensões antecipadas penalizadas pelo "fator de sustentabilidade".



Igualdade é democracia

As instituições têm de mudar para incluir toda a gente, sem excluir nem discriminar. Só assim defendemos a democracia.

Igualdade de género: sancionar empresas que não aplicam a igualdade salarial entre homens e mulheres; crime de violação deve ser crime público; renda acessível para famílias monoparentais.

Vencer o racismo e a xenofobia: fim dos despejos sem alternativa de habitação; revisão dos manuais escolares com uma perspetiva anticolonial e antirracista; alteração ao Código Penal para impedir abordagens policiais com base na pertença étnica.

Direitos LGBTQI+: introduzir o direito à identidade de género na Constituição; formar os funcionários públicos em direitos LGBTQI+; uniformizar as normas de acesso das pessoas trans à saúde.

IVG, cumprir um direito: a interrupção voluntária da gravidez foi uma conquista que está posta em causa. Para que todas tenham acesso à IVG, propomos: fim do período de reflexão obrigatório e da exigência da intervenção de 2 médicos; alargamento do prazo até às 12 semanas; aborto médico nos centros de saúde e para as unidades de saúde familiar.



Candidatos pelo distrito de Castelo Branco



Inês Antunes
25 anos, operadora de call center



Pedro Mesquita
25 anos, estudante universitário



Catarina Taborda
22 anos, estudante de mestrado



Nuno Costa
47 anos, vigilante de segurança privada



Fabíola Cardoso
51 anos, professora



Carlos Pereira
37 anos, consultor imobiliário



Joana Melo
18 anos, estudante universitária



Mário Camões
33 anos, licenciado em gestão



MANDATÁRIA
Cristina Guedes
56 anos, professora



Fazer o que nunca foi feito

MOBILIDADE, TRANSPORTES E COESÃO TERRITORIAL

- Serviços eficientes de mobilidade concelhios e intermunicipais, com passe social único e acesso à CP, a preços controlados, com o objetivo de ligar o país num passe intermodal nacional;
- Maior frequência e interligação entre os serviços da CP e os transportes dos vários concelhos, incluindo mais investimento na ferrovia;
- Fim das portagens na A23 e A25 e criação de estações de bicicletas;
- Condições de acesso para pessoas com mobilidade condicionada.

SAÚDE

- Fixar profissionais em regiões carenciadas com melhor remuneração, apoio no emprego do cônjuge e na escola dos filhos;
- Reestruturar carreiras e aumentar salários no SNS, apoiar a formação profissional e o ensino tutelado e melhorar a investigação em saúde para fixar profissionais nas Unidades Locais de Saúde de Castelo Branco e da Cova da Beira;
- Criar um regime de carreira em exclusividade para os profissionais do SNS, atrativo, opcional e com incentivos;
- Reforço do número de vagas para formação especializada de médicos;
- Integrar os profissionais de saúde formados na Universidade da Beira Interior e no Instituto Politécnico de Castelo Branco nos hospitais e nas Unidades de Saúde Familiar do distrito.

EDUCAÇÃO

- Aprofundar o ensino superior como âncora do desenvolvimento do território com financiamento mais equitativo e reforço das vagas e da investigação com condições para que os estudantes e investigadores se fixem no território;
- Investir na educação para alcançar 6% do PIB;
- Redução do número de alunos por turma;
- Dotar as escolas de meios humanos e materiais que permitam acolher e integrar filhos de migrantes;
- Criar um regime de compensação a docentes deslocados.

HABITAÇÃO

- Requalificar e dinamizar os centros históricos para alojamento público a preços controlados;
- Promover a habitação cooperativa;
- Requalificar e construir alojamento estudantil a preços acessíveis.

TRABALHO

- Subsídio de alimentação para o privado com valor mínimo igual ao do público;
- Leques salariais de referência (ninguém pode ganhar num mês mais do que outro ganha num ano na mesma empresa);
- Limitar a contratação pública a empresas que negociaram contratos coletivos, atualizaram salários de carreiras;
- Fim de falsos outsourcing, como o caso do call center da Segurança Social de Castelo Branco.

AMBIENTE, AGRICULTURA E PROTEÇÃO CIVIL

- Preservação dos rios e da biodiversidade;
- Transição energética pensada com as pessoas e os territórios – denunciando megaprojectos com impacto ambiental significativo;
- Prevenção de incêndios florestais (pinhal interior e Serra da Estrela);
- Redirecionar os fundos do PRR e da PAC para que não continuem a ir para os latifundiários e para construção irrealista;
- Promoção de projectos agrícolas integrados e diversos, promovendo circuitos curtos de consumo;
- Suspender a atividade da Central de Biomassa do Fundão;
- Travar a exploração mineira na Serra da Argemela;
- Implementar Planos Especiais de Emergência para informar e proteger as populações em caso de um desastre nuclear na Central de Almaraz e lutar pelo seu encerramento;
- Combater a poluição no Zêzere e no Tejo, criar o Plano de Ação Tejo Limpo;
- Valorizar os bombeiros e sapadores florestais aumentando os salários e implementando o Estatuto Profissional;
- Guardas Florestais integrados no ICNF com condições para fiscalizar melhor as florestas;
- Novo modelo de gestão do Parque Natural da Serra da Estrela e fim da concessão da Turistrela;
- Monitorizar e intervir para preservar a biodiversidade e os ecossistemas;
- Apoio às atividades tradicionais.

CULTURA

- Acesso à cultura no interior e no distrito – mínimo de 1% do PIB para a cultura;
- Regularizar os falsos recibos verdes, integrar os trabalhadores precários e garantir o pagamento aos trabalhadores independentes em equipamentos culturais tutelados ou nos quais as autarquias participem;
- Divulgar e diversificar mais a agenda cultural nos municípios.



Conhece o nosso programa em ↙

programa2024.bloco.org

Esquerda de confiança

Recebe as novidades do Bloco ↘

